

Topónimos identificadores da forma urbana na cidade portuguesa

Maria Calado

FormaUrbis Lab, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa

Rua Sá Nogueira, Pólo Universitário do Alto da Ajuda, 1300 Lisboa

Telefone/fax 00351 213 615 000

mariacalado@fa.utl.pt

A designação dos espaços públicos começou por utilizar vocábulos identificadores das condições do sítio e da própria forma urbana. A maior parte destes topónimos mantêm-se e permitem-nos encarar a toponímia como uma fonte relevante para o estudo e conhecimento da morfologia e da história da cidade e um instrumento que promove a cultura urbanística e a facilita a legibilidade. Referências dispersas em fontes documentais do século XIV e XV (forais, testamentos, doações), permitem-nos identificar e localizar o uso de certos vocábulos, que traduzem a forma, a função e a relação com a propriedade. A partir do século XVI, algumas narrativas e compilações identificam lugares e a microtoponímia urbana aparece com alguma minúcia e sistematização (João Brandão: *Grandeza e abastança de Lisboa*, 1552; Cristovão Rodrigues de Oliveira; *Sumário em que brevemente se contem algumas cousas...que há na cidade de Lisboa*, 1554). Mas é sobretudo o *Vocabulário Português e Latino* publicado em entre 1712 e 1721 por Rafael Bluteau que fixa o léxico de termos e nos dá etimologia e as variantes de aplicação. A comparação entre esta obra, a primeira edição do *Dicionário da Língua Portuguesa* de Moraes e Silva, publicado em 1789 e o *Elucidário das Palavras termos e phrazes...*, elaborado por Joaquim de Santa Rosa Viterbo e editado em 1798, permite-nos conhecer o universo dos vocábulos toponímicos de significação urbanística em Portugal, estabelecer a origem e o sentido e datar a sua aplicação.

A fixação formal e oficial dos nomes das ruas e outros espaços sistematizou-se a partir do final do século XVIII. Em Lisboa, com a reconstrução da Baixa Pombalina, depois do terramoto de 1755, recuperaram-se muitos topónimos tradicionais. Mas foi com a reorganização administrativa e territorial do Liberalismo oitocentista que se estabeleceu a obrigatoriedade de fixação do nome dos bairros, ruas e praças e se organizaram as bases normativas e as disposições regulamentares para aplicação dos topónimos. Em geral, as tradicionais identificações mantiveram-se em aplicação nos locais tradicionais e em novos locais de idêntica configuração e funcionalidade, continuando a fazer parte da toponímia até aos nossos dias (azinhaga, atalho, rua, ruela ruinha praça, largo, larguinho, alto, altinho, combro, canada, canal, caracol, carreira, beco, cais, cotovelo, molhe, esteiro, esplanada, calçada, calçadinha, escadas, escadinhas, couraça, travessa; beco; boqueirão; caneiro, regueirão, cangosta, canedo, esplanada, etc.).

Com os novos modelos e processos de expansão nas cidades e vilas desde final do século XIX, assentes em planos de urbanização, entram os novos topónimos (avenida, alameda, circular, circunvalação, gare, galeria, passagem, etc.). De um modo geral, continuam associados à escala, forma urbana, representação social e dignidade arquitectónica do espaço que denominam, respeitando uma certa coerência e hierarquia dos espaços públicos e contribuindo para uma melhor orientação e legibilidade da cidade. As inovações toponímicas do século XX, estão directamente relacionadas com a racionalidade, que informa ou pretende informar os planos referenciais de cariz modernista. Ao mesmo tempo que aparecem designações novas (praceta, impasse, vias numeradas, acessos, rotundas, etc.), muitas delas oriundas da terminologia registada no documento pelos próprios urbanistas, aligeira-se e desvirtua-se o rigor e a coerência na aplicação dos topónimos sedimentados. Por exemplo, a diferenciação entre largo e praça, alameda e avenida, nem sempre é clara e, por vezes chega a parecer casuística.

No contexto actual, os regulamentos da toponímia aprovados pelas autarquias e em uso nos municípios estipulam as designações toponímicas aplicáveis, mas não delimitam os conceitos ou as condições de aplicabilidade. De um modo geral, reduzem o léxico para as novas atribuições e mantêm os vocábulos antigos nos locais originais. Se as preocupações de preservação da memória das cidades e do território são em si mesmas positivas, ao mesmo tempo podem ter efeitos perversos, no que diz respeito à relação coerente entre toponímia e forma urbana e à capacidade que a mesma toponímia tem para "dar nome" aos lugares, revelando a natureza que é própria da sua qualidade e especificidade. Preservar a designação de azinhaga pode ser um gesto bem intencionado para potenciar memórias, mas pode tornar-se anacrónico e incoerente se a referida azinhaga, com a sua definição funcional e formal e a ambiência rural, já não existe e a morfologia urbana se alterou.

Tomando como objecto de estudo os topónimos existentes no universo da realidade urbana portuguesa, analisamos a origem dos vocábulos, bem como a sua evolução e aplicação e a relação com a forma e com o contexto actual em que se aplicam. Estabelecemos uma classificação tipológica, destacamos alguns exemplos referenciais em cidades de Portugal, tendo em conta a diversidade de aplicação regional e ensaiamos uma primeira comparação dos mesmos e suas variantes de aplicação noutros espaços de tradição cultural portuguesa.

Palavras-chave: espaço público / toponímia / História / forma urbana/ Portugal